

ANEXO E

Formulário de Referência – Pessoa Jurídica

Atualizado em 31 de março de 2022

(informações prestadas com base nas posições de 28 de fevereiro de 2022)

CRD CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA. (“**CRD Capital**”)

ADMINISTRADORES DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	INFORMAÇÕES
1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário	<p>Nome: Vitor Martins Peralva CPF/ME: 414.843.458-86 Cargo: Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros Responsável pela administração de carteira de valores mobiliários.</p> <p>Nome: Pedro Oliva Marcílio de Sousa CPF/ME: 726.224.745-04 Cargo: Diretor de Compliance e PLD-FTP Responsável pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e por combate e prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.</p>
1.1. Declarações dos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários e pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução, atestando que:	
a. reviram o formulário de referência	<p>Eu, Vitor Martins Peralva, diretor responsável pela atividade de gestão de carteiras de valores mobiliários atesto que revi o formulário de referência.</p> <hr/> <p>Vitor Martins Peralva</p> <p>Eu, Pedro Oliva Marcílio de Sousa, diretor responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos, atesto que revi o formulário de referência.</p> <hr/> <p>Pedro Oliva Marcílio de Sousa</p>
b. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da	<p>Eu, Vitor Martins Peralva, diretor responsável pela atividade de gestão de carteiras de valores mobiliários atesto que o conjunto de informações aqui contido</p>

<p>estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela empresa</p>	<p>é um retrato verdadeiro, preciso e completo da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela empresa.</p> <hr/> <p>Vitor Martins Peralva</p> <p>Eu, Pedro Oliva Marcílio de Sousa, diretor responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos, atesto que o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela empresa.</p> <hr/> <p>Pedro Oliva Marcílio de Sousa</p>
<p>2. Histórico da empresa</p>	
<p>2.1. Breve histórico sobre a constituição da empresa</p>	<p>A Gestora foi constituída em 5 de junho de 2017 na estrutura de sociedade limitada, com o intuito de gerir fundos de investimento fechados, que tem como público-alvo investidores profissionais, classificados como do tipo “exclusivo” ou “reservados”, dedicados a clientes, grupos familiares ou econômicos específicos com objetivo de gerenciamento patrimonial.</p> <p>Sob a perspectiva das práticas ora previstas, o portfólio dos Fundos será dedicado preponderantemente ao agronegócio, podendo ser dividido em dois grupos: (i) fundos patrimoniais e/ou familiares, em que se encontram fundos de investimentos multimercado regulados pela Instrução CVM 555, de 17 de dezembro de 2014 (“<u>Instrução CVM nº 555</u>”); e (ii) fundos dedicados a direitos creditórios, em que se encaixam fundos de investimento em direitos creditórios, padronizados ou não padronizados, regulados, respectivamente, pelas Instruções CVM 356, de 17 de dezembro de 2001 (“<u>Instrução CVM nº 356</u>”) e 444, de 8 de dezembro de 2006 (“<u>Instrução CVM nº 444</u>”).</p>
<p>2.2. Descrever as mudanças relevantes pelas quais tenha passado a empresa nos últimos 5 (cinco) anos, incluindo:</p>	
<p>a. os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário</p>	<p>N.A.</p>
<p>b. escopo das atividades</p>	<p>Alterado o objeto social em 04/04/2018 para constar apenas a atividade de administração de carteira de títulos, valores mobiliários e/ou outros ativos, exclusivamente de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil e no exterior, e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, qualquer que seja seu objeto, exceto holdings.</p> <p>A CRD Capital exercerá a atividade de gestão de recursos de terceiros.</p>

c. recursos humanos e computacionais	Substituição do Diretor Responsável por Administração de Recursos de Terceiros, em 17 junho de 2021
d. regras, políticas, procedimentos e controles internos	Em 2022, a CRD Capital iniciou a atualização de suas políticas a fim de aderir aos códigos da ANBIMA
3. Recursos humanos	
3.1. Descrever os recursos humanos da empresa, fornecendo as seguintes informações:	
a. número de sócios	02 (dois) sócios
b. número de empregados	08 (oito) empregados, sendo um contrato mediante contrato de prestação de serviços em regime exclusivo
c. número de terceirizados	N.A.
d. lista das pessoas naturais que são registradas na CVM como administradores de carteiras de valores mobiliários e atuam exclusivamente como prepostos, empregados ou sócios da empresa	<p>Vitor Martins Peralva CPF/ME: 414.843.458-86 Cargo: Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros</p> <p>Pedro Oliva Marcílio de Sousa CPF/ME: 726.224.745-04 Cargo: Diretor de Compliance e PLDFTP</p>
4. Auditores	
4.1. Em relação aos auditores independentes, indicar, se houver:	Não há auditores independentes contratados.
a. nome empresarial	N.A.
b. data de contratação dos serviços	N.A.
c. descrição dos serviços contratados	N.A.
5. Resiliência financeira	
5.1. Com base nas demonstrações financeiras, ateste:	
a. se a receita em decorrência de taxas com bases fixas a que se refere o item 9.2.a é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa com a atividade de administração de carteira de valores mobiliários	N.A.
b. se o patrimônio líquido da empresa representa mais do que 0,02% dos recursos financeiros sob administração de que trata o item 6.3.c e mais do que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)	N.A.

5.2. Demonstrações financeiras e relatório de que trata o § 5º do art. 1º desta Resolução	N.A.
6. Escopo das atividades	
6.1. Descrever detalhadamente as atividades desenvolvidas pela empresa, indicando, no mínimo:	
a. tipos e características dos serviços prestados (gestão discricionária, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.)	A CRD Capital tem como objeto a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários através da gestão discricionária de carteiras de títulos e valores mobiliários.
b. tipos e características dos produtos administrados ou geridos (fundos de investimento, fundos de investimento em participação, fundos de investimento imobiliário, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de índice, clubes de investimento, carteiras administradas, etc.)	A CRD Capital pretende exercer a gestão de fundos de investimentos dos seguintes tipos de fundos de investimento: <ul style="list-style-type: none"> i. fundos multimercado com aplicação preponderante em cotas de outros fundos de investimento multimercado, ii. fundos de investimento em direitos creditórios; e iii. fundos de investimento em participação patrimoniais.
c. tipos de valores mobiliários objeto de administração e gestão	Os fundos que a empresa pretende ter sob gestão terão em suas carteiras apenas: <ul style="list-style-type: none"> • cotas de fundos de investimento multimercado; • ações de companhias abertas e fechadas (apenas empresas alvo de FIP devidamente indicadas no regulamento); • debêntures; • derivativos (como política de hedge); • debêntures; e • títulos de crédito do agronegócio e certificados de recebíveis do agronegócio.
d. se atua na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor	A CRD Capital <u>não</u> atua na distribuição de cotas de fundos de investimento sob sua gestão.
6.2. Descrever resumidamente outras atividades desenvolvidas pela empresa que não sejam de administração de carteiras de valores mobiliários, destacando:	
a. os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades; e	N.A.

b. informações sobre as atividades exercidas por sociedades controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum ao administrador e os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades.	A CRD Capital não realiza outras atividades, diretamente, além da gestão de fundos de investimento, razão pela qual não há potenciais conflitos de interesse a serem apontados.
6.3. Descrever o perfil dos investidores de fundos e carteiras administradas geridos pela empresa, fornecendo as seguintes informações:	N.A. – Até a data-base deste formulário a CRD Capital não desempenhou a atividade de administração de carteira de valores mobiliários.
a. número de investidores (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados)	N.A.
b. número de investidores, dividido por:	N.A.
i. pessoas naturais	N.A.
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	N.A.
iii. instituições financeiras	N.A.
iv. entidades abertas de previdência complementar	N.A.
v. entidades fechadas de previdência complementar	N.A.
vi. regimes próprios de previdência social	N.A.
vii. seguradoras	N.A.
viii. sociedades de capitalização e de arrendamento mercantil	N.A.
ix. clubes de investimento	N.A.
x. fundos de investimento	N.A.
xi. investidores não residentes	N.A.
xii. outros (especificar)	N.A.
c. recursos financeiros sob administração (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados)	N.A.
d. recursos financeiros sob administração aplicados em ativos financeiros no exterior	N.A.

e. recursos financeiros sob administração de cada um dos 10 (dez) maiores clientes (não é necessário identificar os nomes)	N.A.
f. recursos financeiros sob administração, dividido entre investidores:	N.A.
i. pessoas naturais	N.A.
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	N.A.
iii. instituições financeiras	N.A.
iv. entidades abertas de previdência complementar	N.A.
v. entidades fechadas de previdência complementar	N.A.
vi. regimes próprios de previdência social	N.A.
vii. seguradoras	N.A.
viii. sociedades de capitalização e de arrendamento mercantil	N.A.
ix. clubes de investimento	N.A.
x. fundos de investimento	N.A.
xi. investidores não residentes	N.A.
xii. outros (especificar)	N.A.
6.4. Fornecer o valor dos recursos financeiros sob administração, dividido entre:	
a. ações	N.A.
b. debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas não financeiras	N.A.
c. títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras	N.A.
d. cotas de fundos de investimento em ações	N.A.
e. cotas de fundos de investimento em participações	N.A.
f. cotas de fundos de investimento imobiliário	N.A.
g. cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	N.A.
h. cotas de fundos de investimento em renda fixa	N.A.

i. cotas de outros fundos de investimento	N.A.
j. derivativos (valor de mercado)	N.A.
k. outros valores mobiliários	N.A.
l. títulos públicos	N.A.
m. outros ativos	N.A.
6.5. Descrever o perfil dos gestores de recursos das carteiras de valores mobiliários nas quais o administrador exerce atividades de administração fiduciária	N.A. – A CRD Capital realizará apenas a atividade de gestão de recursos.
6.6. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes	N.A. – Não há outras informações relevantes no entendimento da CRD Capital.
7. Grupo econômico	
7.1. Descrever o grupo econômico em que se insere a empresa, indicando:	
a. controladores diretos e indiretos	Controlador direto: Pedro Oliva Marcilio de Sousa (99%) Controlador indireto: Não há
b. controladas e coligadas	Controladas: Não há. Coligadas: Não há.
c. participações da empresa em sociedades do grupo	N.A.
d. participações de sociedades do grupo na empresa	N.A.
e. sociedades sob controle comum	N.A.
7.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere a empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item 7.1.	N.A.
8. Estrutura operacional e administrativa	
8.1. Descrever a estrutura administrativa da empresa, conforme estabelecido no seu contrato ou estatuto social e regimento interno, identificando:	
a. atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico	<u>Área de Gestão</u> : responsável pela análise dos títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado de modo a subsidiar as decisões do diretor responsável pelas atividades de gestão de recursos de terceiros.

Área de Risco: responsável pela verificação dos riscos nas carteiras sob gestão e a análise de crédito dos títulos, especialmente do agronegócio. A área não se reporta as demais e atua de forma independente.

Área Jurídica e de Compliance: responsável pelo cumprimento das políticas de controles internos, PLDFTP, análise jurídica para formalização das operações, demais assuntos legais da empresa. A área não se reporta as demais e atua de forma independente.

Área Administrativa: presta suporte às demais áreas no que diz respeito à logística, sistemas, responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos, contas a pagar e a contabilidade.

Comitê de Riscos

O Comitê de Risco tem como responsabilidades:

- Verificar a adequação das propostas em relação aos objetivos e os tipos de atividades de crédito aceitáveis com os clientes e produtos;
- Definir a exposição de crédito por contraparte e por produto;
- Discutir as projeções financeiras das contrapartes elaboradas pelo responsável por Crédito;
- Aprovar os Limites de Crédito para determinada contraparte, podendo estes limites serem aprovados individualmente ou para um grupo de clientes (grupo econômico);
- Renovar os limites de crédito para determinada contraparte ou grupo econômico;
- Propor medidas de controle de risco de crédito; e
- Acompanhar o risco de crédito agregado dos Fundos.

Comitê de Compliance

O Comitê de Compliance tem como responsabilidades:

- Analisar eventuais situações pelo Diretor de *Compliance* e PLDFTP sobre as atividades e rotinas de *compliance*;
- Revisar as metodologias e parâmetros de controle existentes; e
- Analisar eventuais casos de infringência das regras descritas no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos, nas demais políticas e manuais internos da Gestora, das regras contidas na regulamentação em vigor, ou de outros eventos relevantes e definir sobre as sanções a serem aplicadas.

Comitê de Investimentos

No âmbito do Comitê de Investimentos há discussões a respeito dos cenários de investimento de forma geral, bem como de elementos particulares e alavancas de valor das companhias, e avaliação sobre possíveis oportunidades que possam proporcionar melhores resultados aos referidos fundos sob gestão. Com base nas

	discussões e orientações do Comitê de Investimentos, é feita uma revisão periódica dos investimentos das carteiras sob gestão, utilizando-se diferentes métricas para a definição de concentração, diversificação e posição dos fundos de investimento sob gestão da Gestora, ficando a decisão final a cargo do Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros.
b. em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões	<p><u>Comitê de Riscos</u> Composição: Diretores de Risco e Gestão de Recursos de Terceiros Frequência: conforme a necessidade, ao menos uma vez anualmente. Registro de Decisões: ata</p> <p><u>Comitê de Compliance</u> Composição: Diretor de Compliance, analistas de Compliance e Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros. Frequência: conforme a necessidade, sob demanda. Registro de Decisões: ata</p> <p><u>Comitê de Investimentos</u> Composição: Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros, Diretor de Risco e Diretor de Compliance Frequência: conforme a necessidade, sob demanda Registro de Decisões: ata</p>
c. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais	<p><u>Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros</u>: Vitor Martins Peralva Responsável pela administração de carteira de valores mobiliários.</p> <p><u>Diretor de Compliance e PLDFTP</u>: Pedro Oliva Marcílio de Sousa Responsável pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e por combate e prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.</p> <p><u>Diretor de Riscos</u>: José Ricardo Porto Rodrigues Responsável pela gestão de riscos.</p>
8.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma da estrutura administrativa da empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1.	N.A.
8.3. Em relação a cada um dos diretores de que tratam os itens 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 e dos membros de comitês da empresa relevantes para a atividade de administração	

de carteiras de valores mobiliários, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Vitor Martins Peralva	Pedro Oliva Marcílio de Sousa	José Ricardo Porto Rodrigues
b. idade	30	49	57
c. profissão	Economista	Advogado	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	414.843.458-86	726.224.745-04	080.569.988-02
e. cargo ocupado	Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros	Diretor de Compliance e PLDFTP	Diretor de Riscos
f. data da posse	17/06/2021	25/05/2017	17/09/2017
g. prazo do mandato	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
h. outros cargos ou funções exercidas na empresa	Membro dos Comitês de Investimento, Compliance e Riscos	Membro dos Comitês de Investimento e Compliance	Membro dos Comitês de Investimento, Compliance e Riscos
8.4. Em relação aos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários, fornecer:	Vitor Martins Peralva		
a. currículo, contendo as seguintes informações:			
i. cursos concluídos;	Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (2015.2)		
ii. aprovação em exame de certificação profissional	Certificação de Gestores da ANBIMA – CGA organizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).		
iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:			
• nome da empresa	<u>CRD CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA</u>		
• cargo e funções inerentes ao cargo	<u>Atividade principal da empresa:</u> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Recursos 		
• atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram	<u>Cargo:</u> Diretor de Gestão de Recursos		
• datas de entrada e saída do cargo	<u>Funções como Diretor Responsável por Gestão de Recursos:</u> Responsável pela administração de carteira de valores mobiliários. <u>Entrada:</u> março/2020 <u>Saída:</u> Atual		
	<u>ASA ASSET GESTÃO EM INVESTIMENTOS LTDA</u> <u>Atividade principal da empresa:</u> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Recursos 		

Cargo: Diretor Responsável por Gestão de Recursos

Funções como Diretor Responsável por Gestão de Recursos: Responsável pela administração de carteira de valores mobiliários.

Entrada: dezembro/2019

Saída: fevereiro/2020

ULBREX ASSET MANAGEMENT LTDA.

Atividade principal da empresa:

- Gestão de Recursos

Cargo: Diretor Responsável por Gestão de Recursos

Funções como Diretor Responsável por Gestão de Recursos: Responsável pela administração de carteira de valores mobiliários.

Entrada: janeiro/2019

Saída: agosto/2019

CRD CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.

Atividade principal da empresa:

- Gestão de Recursos

Cargo: Analista de Crédito e Risco de Mercado

Funções como Analista de Crédito e Risco de Mercado: Responsável pelo gerenciamento de riscos dos fundos da gestora, precificação de todos os ativos e por verificar a consistência de operações de hedge, analisar o P&L realizado frente ao projetado e pela elaboração de relatórios gerenciais e de extratos para cotistas.

Entrada: julho/2017

Saída: dezembro/2018

BR PARTNERS BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Atividade principal da empresa:

- Banco de Investimento

Cargo: Analista de Risco de Mercado

Funções como Analista de Risco de Mercado: Responsável pelo gerenciamento de riscos dos fundos da gestora, precificação de ativos e por verificar a consistência de operações de hedge, analisar o P&L realizado

	<p><u>frente ao projetado e pela elaboração de relatórios gerenciais e de extratos para cotistas.</u></p> <p><u>Entrada:</u> janeiro/2016 <u>Saída:</u> junho/2017</p>
8.5. Em relação ao diretor responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e desta Resolução, fornecer:	Pedro Oliva Marcílio de Sousa
a. currículo, contendo as seguintes informações:	
i. cursos concluídos;	Bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (1996.2)
ii. aprovação em exame de certificação profissional (opcional)	N.A.
iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome da empresa	<u>CRD CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA</u>
• cargo e funções inerentes ao cargo	<p><u>Atividade principal da empresa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Recursos
• atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram	<p><u>Cargo:</u> Diretor Compliance e PLDFTD</p>
• datas de entrada e saída do cargo	<p><u>Funções como Diretor Responsável por Compliance e PLDFTP:</u> responsável pelos controles internos, nos termos da Resolução CVM nº 21/21 e por prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.</p> <p><u>Entrada:</u> maio/2017 <u>Saída:</u> Atual</p> <p><u>BR PARTNERS BANCO DE INVESTIMENTO S.A.</u></p> <p><u>Atividade principal da empresa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Banco de Investimento <p><u>Cargo:</u> <i>Managing Director</i></p> <p><u>Funções como <i>Managing Director</i>:</u> Responsável pelo auxílio na estruturação de operações de compra e venda de empresas e operações de mercado de capitais. Funções corporativas no grupo relativo à estruturação</p>

	<p>do grupo e à relação com órgãos reguladores (Banco Central, CVM e ANBIMA)</p> <p><u>Entrada:</u> janeiro/2011</p> <p><u>Saída:</u> junho/2017</p>
<p>8.6. Em relação ao diretor responsável pela gestão de risco, caso não seja a mesma pessoa indicada no item anterior, fornecer:</p>	<p>JOSÉ RICARDO PORTO RODRIGUES</p>
<p>a. currículo, contendo as seguintes informações:</p>	
<p>i. cursos concluídos;</p>	<p>Bacharel em Administração de Empresas pela UNIMES/Santos-SP – 1991;</p>
<p>ii. aprovação em exame de certificação profissional</p>	<p>N.A.</p>
<p>iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p>	
<p>• nome da empresa</p>	<p>CRD CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS</p> <p><u>Atividade principal da empresa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Administração de carteiras de valores mobiliários através da gestão discricionária de carteiras de títulos e valores mobiliários. <p><u>Cargos e funções exercidos:</u></p> <p><i>Diretor de Riscos (A partir de setembro 2017...)</i></p> <p>Monitoramento da exposição aos fatores de risco inerentes aos investimentos realizados, analisando as informações diárias dos fundos, seus limites e volatilidade dos ativos e respectivos colaterais, em relação à exposição aos mercados, considerando a relação dos mesmos com os cenários apresentados, buscando identificar os potenciais eventos que possam vir a afetar os resultados da CRD Capital.</p> <p>Atuação de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências aos gestores frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente.</p> <p>BAYER CROPSCIENCE</p> <p><u>Atividades principais da empresa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Multinacional alemã fundada há mais de 155 anos, atuando globalmente nos mercados de “Consumer Health” (medicamentos isentos de prescrição), “Crop Science” (Mercado agrícola - Defensivos agrícolas e sementes), e “Pharmaceuticals” (medicamentos comercializados com receita médica). Vendas Líquidas global em 2021 de ~ EUR\$ 48 bi. <p><u>Cargos e funções exercidos:</u></p>
<p>• cargo e funções inerentes ao cargo</p>	
<p>• atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram</p>	
<p>• datas de entrada e saída do cargo</p>	

• **Head of Credit Management para a Unidade de Negócios “Crop Science”. (abril de 2013 a julho de 2017):**

Reportando-me diretamente ao CFO LATAM e para o Global Credit Officer (Matriz – Leverkusen AG), esta posição comandava todas as atividades relacionadas a crédito, cobranças e integridade do “Contas a Receber” para a divisão da “Bayer Crop Science” no Brasil. Gestão de uma carteira de crédito de aproximadamente USD 2,5 bi com DSO (days sales outstanding) médio de 280 dias, configurando-se na maior carteira de risco de crédito da “Bayer” global. Liderando um time de aproximadamente 55 colaboradores, sendo 04 Gerentes Regionais e respectivas estruturas, com foco no financiamento das atividades agrícolas junto ao produtor rural, cooperativas agrícolas e mercado de distribuição de insumos.

MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL

Atividades principais da empresa:

- Multinacional americana fundada há mais de 155 anos, originalmente sendo uma unidade de negócio no segmento de fertilizantes do “Grupo Cargill”, é uma das maiores empresas globais em produção e comercialização de fosfato e potássio combinados, atuando na mineração, produção, importação, comercialização e distribuição de fertilizantes para aplicação em diversas culturas agrícolas, ingredientes para nutrição animal e especialidades. Vendas Líquidas Global em 2021 de ~ USD 10,9 Bi.

Cargos e funções exercidos:

• **Gerente Nacional de Crédito, Cobranças e Soluções Financeiras para clientes (setembro de 2010 a abril de 2013):**

Reportando-me diretamente ao CFO Brasil e Diretor Global de Crédito em Minneapolis/USA, sob minha responsabilidade, o time contava com 12 colaboradores, incluindo 02 Gerentes de C&C e Soluções Financeiras à clientes, envolvendo uma carteira de aproximadamente USD 1,7 Bi.

Estabelecimento de Políticas, procedimentos e metodologias para o desenvolvimento dos departamentos de crédito, cobranças e soluções financeiras para clientes na região (Brasil, Argentina e Chile), em conformidade com a normativa global da matriz da companhia (Minneapolis/USA) e requerimentos SOX.

CARGILL AGRICOLA

Atividades principais da empresa:

- Multinacional americana fundada há mais de 155 anos, atuando globalmente e caracterizando-se como a maior empresa de alimentos do mundo. Direciona suas atividades em 10 Unidades de Negócios, a saber: a) Agricultura (Serviços de produção, processamento, comercialização e distribuição), b) Nutrição animal; c) Bioindustrial (Produtos químicos de origem natural voltado a aplicações industriais); d) Produtos de consumo (azeites, azeitonas, maioneses, molhos, extratos e polpas de tomate, molhos

	<p>para salada, óleos refinados e óleos compostos); e) Food Service; f) Beleza e cuidados pessoais (Matérias-primas, ingredientes de origem natural e serviços para produtos de higiene pessoal); g) Farmacêutica (Ingredientes e excipientes naturais para uma variedade de produtos farmacêuticos); h) Gerenciamento de Risco; i) “Trade & Structured Finance” (soluções financeiras, para empresas que fazem negócios em mercados emergentes e desenvolvidos e j) Serviços Portuários (05 terminais portuários próprios). Vendas Líquidas global em 2021 de ~ USD 134 Bi.</p> <p><u>Cargos e funções exercidos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerente Nacional de Crédito, Cobranças e Integridade do Contas a Receber (janeiro de 1992 a setembro de 2010): Gerenciamento das atividades destes departamentos através do Centro de Serviços Financeiros (SSC), providenciando auxílio nos serviços de crédito, cobranças e contas a receber para todas as unidades de negócio do grupo, através de contratos de níveis de serviços (SLA’s): Complexo Soja (Originação, Distribuição, Varejo, indústria, sub produtos, mercado avícola e de suinocultura, entre outros), Papel e Papelão/Embalagens, Amidos e Adoçantes, Açúcar, Ácido Cítrico, (Indústria de papel e papelão, embalagens, bebidas e alimentos), Farinhas, Texturizantes, óleos especiais e industriais, Cacau e chocolates. Participação direta no projeto global da construção do Centro de Serviços Financeiros para a América Latina (piloto), atuando localmente nos países do México, Honduras, Argentina e Venezuela, definindo “as-is Model”, “to-be Model”, “desktops procedures”, fluxogramação de todos os processos inerentes e finalmente, implementação.
8.7. Em relação ao diretor responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento, caso não seja a mesma pessoa indicada no item 8.4, fornecer:	N.A.
a. currículo, contendo as seguintes informações:	N.A.
i. cursos concluídos;	N.A.
ii. aprovação em exame de certificação profissional	N.A.
iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	N.A.
• nome da empresa	N.A.

• cargo e funções inerentes ao cargo	N.A.
• atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram	N.A.
• datas de entrada e saída do cargo	N.A.
8.8. Fornecer Informações sobre a estrutura mantida para a gestão de recursos, incluindo:	
a. quantidade de profissionais	02 (dois) profissionais, sendo um deles o Diretor de Gestão de Recursos.
b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes	Análise dos ativos para aquisição pelas carteiras dos fundos sob gestão. Acompanhamento da situação creditícia das contrapartes dos fundos e das condições macro e microeconômicas de mercado.
c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos	<p><u>Sistemas:</u> São utilizadas planilhas internas organizadas como um Dashboard customizado aos negócios dos 04 (quatro) fundos que gestora pretende gerir, além de: i) Monitoramento diário dos preços das commodities agrícolas alvo dos penhores agrícolas em poder do fundo (Sistemas - CME/soja, ICE -algodão); ii) Relatórios de produtividade CONAB, visando aferir produtividade média por região para adequação dos volumes de penhores assumidos para as operações de crédito; iii) ICA – Intl. Cotton Association report (visando identificar produtores no Brasil que não cumprem contratos junto as tradings co.) e iv) Informações qualitativas e quantitativas procedentes das respectivas associações regionais (AGOPA/AMPASUL/ABAPA). Utiliza-se também o SERASA e para os 02 fundos dedicados a créditos privados do agronegócio, consultas ao FNP, que provê preços de terras no país para fins de constituição de garantias reais, e relatórios da AGOPA e ABAPA sobre o preço de commodities que servem de garantias aos fundos.</p> <p><u>Rotina e Procedimentos:</u> A CRD Capital realiza a gestão de investimentos com base em uma filosofia de investimento fundamentalista e bottom-up, com foco em valor intrínseco dos ativos, e que por meio de um processo rigoroso de análise busca a melhor relação entre qualidade, retorno e risco para atingir um retorno adequado ao perfil de risco da respectiva classe de ativos e horizonte temporal de investimento.</p> <p>Para aquisição dos direitos creditórios privados para os fundos dedicados ao agronegócio, todo investimento é precedido do “onboarding” da contraparte e através do processo de Compliance socioambiental e PLD-FTP, é feita ainda a análise de crédito, suportado em modelo de análise qualitativa e quantitativa, análise de garantias, e após, é preparado um parecer de crédito pela área de risco.</p>

	<p>O parecer de crédito será direcionado para análise do Comitê de Investimentos, o qual ratificará o entendimento e fará uma recomendação de investimento à gestora/administradora, o que será formalizado em Ata de Reunião do Comitê de Investimento.</p> <p>O Departamento Jurídico da CRD Capital fará a análise dos instrumentos de crédito e respectivas garantias e aprovará os documentos para efetivação dos investimentos, se cumpridos todos os requisitos legais e os exigidos no parecer de crédito, bem como as eventuais recomendações de ajustes.</p> <p>No caso dos fundos patrimoniais a diferença está em dois aspectos. O primeiro no fato de que os emissores/empresas investidas já se encontram pré-aprovados em regulamento dos fundos, assim como os limites de crédito e aporte nas investidas e, desta forma, o parecer de crédito ao Comitê de Investimento não é efetivado previamente a cada investimento.</p> <p>As decisões de investimento e eventuais restrições para a realização do investimento devem ser devidamente documentadas nas reuniões do Comitê de Investimento. Como já mencionado, todas as decisões de investimento, eventuais restrições e desinvestimento devem ser analisadas e aprovadas pelo Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros.</p> <p>A CRD Capital reconhece a importância de avaliar apropriadamente todos os ativos dos fundos e que tal avaliação adequada dos ativos dos fundos de investimento exige que os Colaboradores sigam as políticas internas e procedimentos estabelecidos pela Gestora, documentem atentamente e expliquem qualquer inconformidade eventualmente encontrada.</p> <p>O processo de avaliação visa fornecer uma análise consistente, completa e rigorosa de todos os ativos com o potencial de investimento ou investidos. A avaliação do valor dos ativos é realizada com grande atenção e empenho, de maneira honesta, justa e no melhor interesse dos investidores.</p>
8.9. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a verificação do permanente atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados, incluindo:	
a. quantidade de profissionais	2 (dois) profissionais, sendo um deles o Diretor de Compliance e PLDFTP.
b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes	As atividades desenvolvidas pelo Compliance constam expressamente do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos, o qual foi elaborado em conformidade com o disposto no item 2.7 do Ofício-Circular/CVM/SIN/Nº 05/2014 e com a Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021 (<u>“Resolução CVM</u>

	<p><u>21/21</u>”), e tem por objetivo estabelecer princípios, conceitos e valores que orientam a conduta de todos aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança com a CRD Capital, tanto na sua atuação interna quanto na comunicação com os diversos públicos.</p> <p>A coordenação direta das atividades relacionadas ao Manual é uma atribuição do Diretor de Compliance e PLDFTP.</p> <p>O Diretor de Compliance e PLDFTP poderá contar, ainda, com outros Colaboradores para as atividades e rotinas de compliance e de risco, com as atribuições a serem definidas caso a caso, a depender da necessidade da CRD Capital em razão de seu crescimento e de acordo com a senioridade do Colaborador (“<u>Área de Compliance</u>”).</p> <p>A CRD Capital mantém versões atualizadas do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos disponível em seu <i>website</i>.</p>
<p>c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos</p>	<p><u>Sistemas</u>: A CRD Capital se utiliza de planilhas desenvolvidas internamente para suporte às atividades rotineiras de compliance, bem como Agenda Regulatória a qual contempla todas as obrigações regulatórias e autorregulatórias, recorrentes e eventuais, bem como àquelas dispostas nos Manuais e Políticas internas da CRD Capital que, por sua vez, devem ser cumpridas/observadas.</p> <p><u>Rotina e Procedimentos</u>: Todas as rotinas e procedimentos do Compliance constam expressamente do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos, dentre eles, expressos como obrigações diretas do Diretor de Compliance e PLDFTP, que poderá contar com sua respectiva equipe:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Acompanhar as políticas descritas no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital; ➔ Analisar inicialmente e levar quaisquer pedidos de autorização, orientação ou esclarecimento ou casos de ocorrência, suspeita ou indício de prática que não esteja de acordo com as disposições do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital e das demais normas aplicáveis à atividade da CRD Capital para apreciação do Comitê de Compliance da CRD Capital; ➔ Atender prontamente todos os Colaboradores; ➔ Identificar possíveis condutas contrárias ao Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital; ➔ Centralizar informações e revisões periódicas dos processos de <i>compliance</i>, principalmente quando são realizadas alterações nas políticas vigentes ou se o volume de novos Colaboradores assim exigir; ➔ Assessorar o gerenciamento dos negócios no que se refere ao entendimento, interpretação e impacto da legislação, monitorando as melhores práticas em sua execução, bem como analisar, periodicamente,

	<p>as normas emitidas pelos órgãos competentes, como a CVM e outros organismos congêneres;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Elaborar relatório anual listando as operações identificadas como suspeitas que tenham sido comunicadas às autoridades competentes, no âmbito da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro da CRD Capital, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa da CRD Capital (“Política de PLD-FTP”); ➔ Encaminhar aos órgãos de administração da CRD Capital, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, relatório referente ao ano civil imediatamente anterior à data de entrega, contendo: (a) as conclusões dos exames efetuados; (b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e (c) a manifestação do diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários ou, quando for o caso, pelo diretor responsável pela gestão de risco a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las; devendo referido relatório permanecer disponível à CVM na sede da CRD Capital; ➔ Definir os princípios éticos a serem observados por todos os Colaboradores, constantes no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital ou de outros documentos que vierem a ser produzidos para este fim, elaborando sua revisão periódica; ➔ Promover a ampla divulgação e aplicação dos preceitos éticos no desenvolvimento das atividades de todos os Colaboradores, inclusive por meio dos treinamentos periódicos previstos no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital; ➔ Garantir o sigilo de eventuais denunciadores de delitos ou infrações, mesmo quando estes não solicitarem, exceto nos casos de necessidade de testemunho judicial; ➔ Solicitar sempre que necessário, para a análise de suas questões, o apoio da auditoria interna ou externa ou outros assessores profissionais; ➔ Aplicar as eventuais sanções aos Colaboradores, conforme definido pelo Comitê de Compliance; e ➔ Analisar situações que cheguem ao seu conhecimento e que possam ser caracterizadas como “conflitos de interesse” pessoais e profissionais nos termos do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da CRD Capital.
<p>d. a forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor</p>	<p>Conforme acima disposto, na estrutura da CRD Capital o Compliance e, portanto, seu Diretor responsável, não se subordina à equipe de gestão de investimentos, razão pela qual possui total autonomia no exercício de suas atividades, inclusive autonomia de convocar reuniões extraordinárias do Comitê de Compliance para discussão de qualquer situação que julgue relevante.</p>

	<p>Além disso, o descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das regras estabelecidas no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos ou das demais normas aplicáveis às atividades da CRD Capital por qualquer de seus colaboradores (inclusive pelo Diretor de Investimentos) deverá ser levado para apreciação do Comitê de Compliance, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos, sendo que competirá ao Diretor de Compliance e PLDFTP aplicar as sanções decorrentes de tais desvios, nos termos do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos, do Código de Ética e conforme definido pelo Comitê de Compliance, garantido ao Colaborador amplo direito de defesa.</p>
8.10. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a gestão de riscos, incluindo:	
a. quantidade de profissionais	3 (três) profissionais sendo um deles o Diretor de Risco
b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes	<p>As atividades desenvolvidas pela Área de Gestão de Riscos constam expressamente da Política de Gestão de Risco e na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez da CRD Capital, e têm por objetivo monitorar a exposição aos fatores de risco inerentes aos investimentos realizados, analisando as informações diárias dos fundos, seus limites e volatilidade dos ativos em relação à exposição aos mercados, considerando a relação dos mesmos com os cenários apresentados, buscando identificar os potenciais eventos que possam vir a afetar os resultados da CRD Capital.</p> <p>O Diretor de Risco atua de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências aos gestores frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente.</p> <p>Para informações detalhadas consulte a Política de Gestão de Riscos e a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez disponíveis no <i>website</i> da CRD Capital.</p>
c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos	<p><u>Sistemas</u>: A CRD Capital conta com o suporte de planilhas desenvolvidas internamente em Excel para suporte às atividades de risco, bem como conta com o auxílio do sistema de terceiros contratados.</p> <p><u>Rotina e Procedimentos</u>: Todas as rotinas e procedimentos da área de Gestão de Risco constam expressamente da Política de Gestão de Risco e na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez da CRD Capital e deverão variar de acordo com o tipo de risco envolvido, considerando a operação objeto do controle. A coordenação direta das atividades relacionadas a Política e Gestão de Risco e da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez é do <u>Diretor de Riscos</u>, nos termos da Resolução CVM nº 21/21.</p> <p>O Diretor de Riscos possui total autonomia no exercício de suas atividades, inclusive para convocar reuniões extraordinárias do Comitê de Risco para discussão de qualquer situação relevante. O Diretor de Riscos poderá contar, ainda, com outros Colaboradores para as atividades e rotinas de gestão de risco,</p>

com as atribuições a serem definidas caso a caso, a depender da necessidade da CRD Capital em razão de seu crescimento e de acordo com a senioridade do Colaborador.

São as responsabilidades da Área de Risco, que possuem como responsável o Diretor de Riscos, com relação à Política de Gestão de Riscos e Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, conforme o caso:

- (i) realizar **anualmente** testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos previstos na Política de Gestão de Riscos;
- (ii) garantir o cumprimento contínuo e a qualidade de execução das disposições da Política de Gestão de Riscos e na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez;
- (iii) atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências pelos Colaboradores atuantes na área de gestão de recursos da CRD Capital ("Equipe de Gestão") frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente, conforme periodicidade definida na Política de Gestão de Riscos;
- (iv) elaborar relatórios de risco e promover a sua divulgação, conforme periodicidade e formatos definidos na Política de Gestão de Riscos;
- (v) quando aplicável, acompanhar a marcação a mercado realizada pelo administrador fiduciário dos fundos sob gestão da CRD Capital e verificar se o cálculo da cota está de acordo com o manual de marcação a mercado disponibilizado;
- (vi) fazer a custódia dos documentos que contenham as justificativas sobre as decisões tomadas no âmbito da fiscalização do cumprimento da Política de Gestão de Riscos;
- (vii) revisar o conteúdo da Política de Gestão de Riscos e da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, conforme periodicidade lá definida;
- (viii) proporcionar treinamentos aos Colaboradores sobre a Política de Gestão de Riscos, conforme periodicidade definida para tanto; e
- (ix) apresentar ao Comitê de Risco os parâmetros atuais de risco das carteiras e recomendar eventuais aprimoramentos e/ou alterações.

Não obstante, a Área de Risco, com base no monitoramento realizado e com o auxílio das ferramentas acima indicadas, elabora relatórios **diários**, que refletem os enquadramentos constantes dos documentos regulatórios dos Fundos.

Caso algum limite objetivo seja extrapolado, caso qualquer dos procedimentos aqui definidos não seja observado, ou, ainda, na identificação de alguma situação de risco não abordada na Política de Gestão de Riscos, a Área de Risco deverá:

	<p>(i) notificar imediatamente a Área de Gestão e solicitar as devidas justificativas a respeito do desenquadramento ou do risco identificado;</p> <p>(ii) estabelecer plano de ação que se traduza no pronto enquadramento das carteiras dos Fundos aos limites previstos em seus documentos regulatórios ou na Política de Gestão de Riscos vigente;</p> <p>(iii) avaliar a necessidade de eventuais ajustes aos procedimentos e controles adotados pela CRD Capital; e</p> <p>(iv) Em casos excepcionais, que envolvam situações relacionadas a fatores sistêmicos, ou eventos específicos de cada ativo, mediante prévia justificativa da Área de Gestão e com o aval do Diretor de Compliance e PLDFT, os limites podem ser revisados.</p> <p>Caso a Equipe de Gestão não cumpra as determinações definidas no plano de ação mencionado acima, o Diretor de Risco está autorizado a ordenar a compra/venda de posições para fins de reenquadramento das carteiras dos Fundos nos exatos termos definidos no plano de ação.</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, a Área de Risco poderá realizar uma análise subjetiva da concentração das carteiras e, caso identifique um risco relevante, deverá sugerir a adoção de medidas adicionais para o gerenciamento de risco, podendo inclusive solicitar a realização de reunião extraordinária do Comitê de Risco para tratar do tema e sugerir a adoção de plano de ação para mitigação do referido risco.</p> <p>Para informações detalhadas, consulte as referidas políticas disponíveis no <i>website</i> da CRD Capital.</p>
d. a forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor	Na estrutura da CRD Capital a Área de Risco e, portanto, conforme já mencionado no item 8.9 (c) acima, seu Diretor responsável não se subordina à Equipe de Gestão, razão pela qual possuem total autonomia no exercício de suas atividades, inclusive autonomia de convocar reuniões extraordinárias do Comitê de Riscos para discussão de qualquer situação que julgue relevante.
8.11. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para as atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas, incluindo:	N.A. – A CRD Capital não exerce atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas.
a. quantidade de profissionais	N.A. – A CRD Capital não exerce atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas.
b. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos	N.A. – A CRD Capital não exerce atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas.

c. a indicação de um responsável pela área e descrição de sua experiência na atividade	N.A. – A CRD Capital não exerce atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas.
8.12. Fornecer informações sobre a área responsável pela distribuição de cotas de fundos de investimento, incluindo:	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
a. quantidade de profissionais	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
c. programa de treinamento dos profissionais envolvidos na distribuição de cotas	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
d. infraestrutura disponível, contendo relação discriminada dos equipamentos e serviços utilizados na distribuição	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
e. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos	N.A. – A CRD Capital não exerce as atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento.
8.13. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes	N.A. – Não há outras informações relevantes no entendimento da CRD Capital.
9. Remuneração da empresa	
9.1. Em relação a cada serviço prestado ou produto gerido, conforme descrito no item 6.1, indicar as principais formas de remuneração que pratica	N.A. – A Gestora não possui fundos sob gestão. Não obstante, quando começar a realizar a gestão, a remuneração será baseada em taxa de administração e performance.
9.2. Indicar, exclusivamente em termos percentuais sobre a receita total auferida nos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data base deste formulário, a receita proveniente, durante o mesmo período, dos clientes em decorrência de:	
a. taxas com bases fixas	N.A.
b. taxas de performance	N.A.
c. taxas de ingresso	N.A.
d. taxas de saída	N.A.
e. outras taxas	N.A.
9.3. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes	N.A. – Não há outras informações relevantes no entendimento da CRD Capital.

10. Regras, procedimentos e controles internos	
10.1. Descrever a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços	<p>A Política de Seleção e Contratação de Terceiros da CRD Capital tem como objetivo definir o processo de contratação e supervisão dos terceiros prestadores de serviço a serem adotados ("<u>Terceiros</u>"), em nome dos fundos de investimento sob sua gestão.</p> <p>A seleção e contratação de Terceiros é um processo conduzido de forma conjunta pelo Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros, Diretor de Risco e Diretor de Compliance e PLDFTP. As áreas de Compliance e Gestão de Risco realizam um processo de Due Diligence visando obter informações qualitativas sobre o Terceiro que tenha interesse em iniciar vínculo jurídico com a Gestora e com os Fundos, de modo a permitir um melhor julgamento durante a pré-seleção. A avaliação de tais informações será feita mediante a apresentação do questionário ANBIMA de Due Diligence, na forma e conteúdo aprovados pelo autorregulador.</p> <p>Em todos os casos, o Diretor de Compliance e PLDFTP exigirá, no que couber, a documentação comprobatória das informações prestadas. Caso não seja possível aferir a veracidade da informação por meio de documentos comprobatórios, o Diretor de Compliance e PLDFTP envidará melhores informações para conferir tais informações.</p> <p>O início das atividades do Terceiro deve ser vinculado à formalização da contratação, e nenhum tipo de pagamento poderá ser efetuado antes da celebração do contrato. As tratativas acerca do vínculo contratual serão conduzidas pela Área de Compliance da CRD Capital.</p> <p>O contrato escrito a ser celebrado com o Terceiro deverá prever, no mínimo, cláusulas que tratam:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Das obrigações e deveres das partes envolvidas; (b) Da descrição das atividades que serão contratadas e exercidas por cada uma das partes; (c) Da obrigação de cumprir suas atividades em conformidade com as disposições previstas na regulamentação e autorregulação aplicáveis à atividade; e (d) Da obrigação, no limite de suas atividades, de deixar à disposição do contratante todos os documentos e informações que sejam necessários para a elaboração de documentos e informes periódicos exigidos pela regulação em vigor. <p>Quando o Terceiro tiver acesso a informações sigilosas dos clientes e da CRD Capital, deverá ser assinado um contrato com cláusula de confidencialidade que estabeleça multa em caso de quebra de sigilo, ou deverá ser firmado termo de confidencialidade, o qual deverá ser arquivado na sede da CRD Capital. O</p>

	<p>funcionário do Terceiro que tiver acesso a informações confidenciais deverá assinar pessoalmente termo de confidencialidade, comprometendo-se a guardar o sigilo das referidas informações.</p> <p>Na seleção dos Terceiros com os quais se relaciona, a CRD Capital busca cultivar transparência e franqueza em relação a potenciais conflitos de interesse, práticas de remuneração, benefícios indiretos, e outros fatores que possam interferir na escolha do prestador de serviço. Por essa razão, adota uma política de <i>best execution</i>, buscando os melhores interesses de seus clientes.</p> <p>Após a contratação do Terceiro, a CRD Capital realizará o monitoramento contínuo das atividades exercidas pelos Terceiros contratados, até o término do prazo da contratação. O monitoramento será de responsabilidade da Área de Compliance, sempre sob responsabilidade final do Diretor de Compliance e PLDFTP, que poderá contar, ainda, com o auxílio do Diretor de Investimentos.</p> <p>A análise, para fins de monitoramento, deverá considerar o objeto contratado vis a vis a entrega realizada, com ênfase nas eventuais disparidades, na tempestividade, qualidade e quantidade esperadas. Ainda, o monitoramento deve ser capaz de identificar preventivamente atividades que possam resultar em riscos para a CRD Capital.</p> <p>Tendo em vista a estrutura da Gestora, o processo para monitoramento contínuo do Terceiro contratado será conciso e objetivo. Em linhas gerais, as áreas de Compliance e Gestão de Risco, com aprovação final do Diretor de Compliance e PLD-FTP, contando, ainda, com o auxílio do Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros, avaliará o desempenho do Terceiro versus a expectativa e metas traçadas quando da sua contratação, a relação custo-benefício e o grau de segurança empregado nas suas tarefas. Sem prejuízo, em casos específicos, adotará controles mais rigorosos, conforme detalhado na tabela acima, a qual trata da supervisão baseada em risco para Terceiros contratados.</p> <p>A partir dos elementos supracitados, o Diretor de Compliance e PLDFTP confeccionará, em periodicidade mínima anual, um relatório a ser enviado por e-mail - com confirmação de recebimento - aos demais diretores e sócios da Gestora, para fins de ciência.</p>
<p>10.2. Descrever como os custos de transação com valores mobiliários são monitorados e minimizados</p>	<p>Haverá o monitoramento e comparação entre os preços praticados por diferentes corretoras. Os preços cobrados serão considerados em função da qualidade dos serviços prestados (execução das ordens com transparência, ética, segurança, sigilo e agilidade), levando em consideração ainda que os interesses dos cotistas dos fundos sob gestão da empresa deve ser o norteador na contratação de qualquer prestador de serviço.</p> <p>Os custos de transação devem necessariamente estar dentro dos padrões de mercado verificado; nem sempre o “menor” custo importará no melhor interesse</p>

	dos investidores dos fundos sob gestão, uma vez que tal custo excessivamente inferior ao praticado pelo restante do mercado pode significar uma prestação de serviço ineficaz e/ou expor os investidores a riscos desnecessários.
10.3. Descrever as regras para o tratamento de soft dollar , tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.	N.A.
10.4. Descrever os planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados	<p>O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) visa a garantir a continuidade operacional dos processos vitais da empresa sob o impacto de um evento que venha a paralisar, total ou parcialmente, um processo crítico por um tempo maior que a tolerância à paralisação, incluindo perda ou inaccessibilidade da unidade principal (escritório), por desastres internos (incêndio, explosões, acidentes e inundações), desastres externos (incêndios, explosões, acidentes e inundações), falhas de equipamentos, falta de energia, quedas de árvores com impacto na rede elétrica, e falhas humanas, tais como bloqueio, greves e funcionários despreparados. Tem também por objetivo assegurar que, em caso de emergência, os processos de negócios críticos possam ser restabelecidos antes de causar prejuízos sensíveis à empresa.</p> <p>Considerando que a empresa exercerá a gestão de fundos de investimento fechados e exclusivos, cujas carteiras terão preponderantemente ativos ilíquidos, como títulos do agronegócio e investimentos em companhias fechadas, um PCN foi traçado em linhas gerais, identificando-se os principais riscos (supra indicados), os tipos de controles preventivos, as áreas e procedimentos críticos, bem como o <i>check list</i> de ativação e desenvolvimento do PCN.</p> <p>As áreas com maior impacto nas atividades são as áreas de Gestão e Riscos, que controlam as posições das carteiras dos fundos sob a gestão da CRD Capital, considerando as características das atividades da CRD Capital, que poderão dispor de apenas 2 (duas) horas para o pleno retorno às atividades em sistema de contingência.</p> <p>Com relação aos controles para mitigação dos riscos foram estabelecidos controles preventivos, tais como manutenção dos equipamentos de segurança (sprinklers internos, detectores de fumaça e treinamento da brigada de incêndio em conjunto com o condomínio), contingência de equipamentos críticos (notebooks e celulares) para pessoas chaves de Gestão e Risco; manutenção de nobreak com autonomia de 03 (três) horas de trabalho e de dados em "cloud" (Azure, Microsoft) de forma a permitir o acesso de dados em ambiente externo.</p> <p>O <i>check list</i> de ativação do plano inclui 5 (cinco) etapas, a saber:</p> <p>A) Comunicação:</p>

Os responsáveis pelos contatos iniciais farão a comunicação entre os mesmos (telefone) e em seguida para as pessoas chave na operação (constantes de listagem anexa ao PCN). O Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros fará a comunicação aos cotistas dos fundos sob gestão da CRD Capital. As pessoas chave terão a responsabilidade de comunicar às contrapartes das operações (empresas investidas e emitentes dos títulos dos fundos) e prestadores de serviços/parceiros da impossibilidade da CRD Capital em operar em condições normais.

Será informado que a CRD Capital estará em contingência buscando manter as atividades, embora com capacidade reduzida de recursos.

B) Local Externo:

Em caso de impossibilidade de acesso às dependências internas da CRD Capital, o "Local Externo" será escolhido para o encontro das pessoas responsáveis pela continuidade das atividades será indicado pelo Diretor de Gestão e o Administrativo.

C) Transporte:

Em caso de problemas para locomoção das pessoas envolvidas no PCN (indisponibilidade de transporte) até o site externo, a CRD Capital será responsável pelo transporte e custos envolvidos.

D) Acesso a dados remotos:

Todas as informações da CRD Capital, tais como documentos, planilhas, listas de controle, relatórios, dentre outros serão mantidos no ambiente "cloud", cujos serviços são prestados pela Azure/Microsoft (<https://azure.microsoft.com>)

E) Equipamentos:

O Administrativo, juntamente com a empresa de prestação de serviços de suporte, fará a verificação periódica das configurações dos equipamentos e rede para acesso remoto quando necessário.

Em termos de continuidade das operações, as principais diretrizes observadas serão:

A) Ações

Verificados os eventos de risco, as atividades serão retomadas de um site externo com acesso pelo Azure e comunicações pelos telefones móveis disponíveis.

Em caso de indisponibilidade de sistema, ficaram suspensas a realização de novas operações, seguindo-se as seguintes diretrizes de gestão durante o período:

- A) Contratações de Operações Novas: Vedado
- B) Caixa: Aplicação em operações compromissadas com lastro em títulos públicos ou aquisição de títulos do Tesouro Federal
- C) Liquidação de Operações Pendentes: Realização com suporte do Administrador

Em termos de responsabilidade, o Diretor Responsável por Gestão deverá contatar o Diretor de Risco e definir a implementação das operações na forma acima.

O tempo estimado para retorno remoto das operações será de até 2 (duas) horas para o pleno retorno às atividades em sistema de contingência, pois apesar de não ser necessário preparar a infraestrutura antecipadamente, existe delay mínimo para a comunicação aos clientes e posterior transição. Há necessidade de considerar o tempo para o deslocamento, que em condições normais de tráfego, é de aproximadamente 1 hora.

O plano de retorno à normalidade deverá ser realizado de maneira gradual e com segurança.

Na prática o processo funcionará da seguinte forma:

- A) Liquidação: o processo de liquidação em caso de indisponibilidade de acesso às dependências internas será realizado mediante comandos enviados aos prestadores de serviços dos fundos, administrador/custodiante e corretora, em ambiente externo, remotamente com as ferramentas já detalhadas anteriormente. No caso de volta de condições de acesso à sede principal (Escritório SP) a equipe será alocada imediata e novamente nas dependências da CRD Capital, de maneira a não paralisar ou prejudicar as operações.
- B) Operações: As operações que forem suspensas durante o período de contingência serão automaticamente retomadas.
- C) Sistemas: Quanto aos sistemas que suportam a operação, o processo é totalmente armazenado em "cloud", permitindo o acesso remoto nos eventos críticos em site externo. Portanto à medida que o acesso ao ambiente interno avançar, e com o pleno funcionamento dos sistemas, as operações serão automaticamente migradas para as respectivas estruturas.

<p>10.5. Descrever as políticas, práticas e controles internos para a gestão do risco de liquidez das carteiras de valores mobiliários</p>	<p>Conforme definido na Política de Gestão de Riscos da CRD Capital e na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o risco de liquidez é observado a partir da possibilidade dos fundos sob gestão da CRD Capital (“Fundos”) não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade destes não conseguirem negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade.</p> <p>A gestão de risco de liquidez será realizada diariamente, considerando o amplo atendimento às regras de resgate e demais obrigações dos Fundos, conforme dispostas nos respectivos regulamentos dos Fundos.</p> <p>O controle da liquidez dos ativos inseridos nas carteiras dos Fundos é realizado com base na média do volume de negociação diária e comparado com o tamanho total dos ativos individuais. De acordo com suas características, os Fundos devem operar com montante suficiente da posição diária em caixa ou ativos extremamente líquidos.</p> <p>Não obstante, a CRD Capital informa que a sua Política de Gestão de Riscos e a sua Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez detalham os procedimentos adequados e alinhados com a regulamentação e autorregulamentação aplicáveis para os fundos sob gestão, inclusive as Regras e Procedimentos de Risco de Liquidez para os Fundos 555 disponibilizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), contemplada na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez da Gestora, conforme abaixo disposto:</p> <p>De forma sucinta, serão estabelecidos para cada Fundo, de forma individualizada, indicadores de liquidez visando assegurar a compatibilidade entre as estimativas de demanda e oferta de liquidez dos Fundos, considerando as diferentes características de cada Fundo, o seu perfil de passivo e de ativo no que se refere às suas carteiras e estratégias, além dos mercados em que operam.</p> <p>A demanda por liquidez estimada incluirá, necessariamente, as ordens de resgate já conhecidas e que se encontram pendentes de liquidação, além da análise do passivo dos Fundos. Cada indicador se referirá a um horizonte de tempo, entendido como o período para o qual serão estimadas a demanda e a oferta de liquidez.</p> <p>Não obstante, serão definidos ainda limites máximos de utilização do caixa, bem como para a exposição máxima a ativos ilíquidos de cada Fundo (<i>Soft Limits</i> e <i>Hard Limits</i>).</p>
---	--

	Para maiores informações, consultar a Política de Gestão de Risco e a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez disponíveis no <i>website</i> da CRD Capital.
10.6. Descrever as políticas, as práticas e os controles internos para o cumprimento das normas específicas de que trata o inciso I do art. 33, caso decida atuar na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor	Não aplicável, tendo em vista que a CRD Capital não atuará na distribuição de cotas dos fundos sob sua gestão.
10.7. Endereço da página do administrador na rede mundial de computadores na qual podem ser encontrados os documentos exigidos pelo art. 16 desta Resolução	www.crdcapital.com.br
11. Contingências	
11.1. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa figure no polo passivo, que sejam relevantes para os negócios da empresa, indicando:	N.A. – Não há informações a respeito a serem divulgadas.
a. principais fatos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
b. valores, bens ou direitos envolvidos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
11.2. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários figure no polo passivo e que afetem sua reputação profissional, indicando:	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
a. principais fatos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
b. valores, bens ou direitos envolvidos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
11.3. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
11.4. Descrever condenações judiciais, administrativas ou	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.

arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que a empresa tenha figurado no polo passivo, indicando:	
a. principais fatos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
b. valores, bens ou direitos envolvidos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
11.5. Descrever condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários tenha figurado no polo passivo e tenha afetado seus negócios ou sua reputação profissional, indicando:	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
a. principais fatos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
b. valores, bens ou direitos envolvidos	N.A.– Não há informações a respeito a serem divulgadas.
12. Declarações adicionais do diretor responsável pela administração, atestando:	
a. acusações decorrentes de processos administrativos, bem como punições sofridas, nos últimos 5 (cinco) anos, em decorrência de atividade sujeita ao controle e fiscalização da CVM, Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, incluindo que não está inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelos citados órgãos	Vide Anexo I

b. condenações por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação	Vide Anexo I
c. impedimentos de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial e administrativa	Vide Anexo I
d. inclusão em cadastro de serviços de proteção ao crédito	Vide Anexo I
e. inclusão em relação de comitentes inadimplentes de entidade administradora de mercado organizado	Vide Anexo I
f. títulos contra si levados a protesto	Vide Anexo I



ANEXO I AO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Pelo presente, o. Sr. **Vitor Martins Peralva**, brasileiro, solteiro, administrador, portador de cédula de identidade RG nº 38.795.671-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 414.843.458-86, declara e garante que:

A - não sofreu acusações decorrentes de processos administrativos, bem como não foi punido, nos últimos 5 (cinco) anos, em decorrência de atividade sujeita ao controle e fiscalização da CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como que não está inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelos citados órgãos;

B –não foi condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação;

C –não está impedido de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial e administrativa;

D –não está incluído no cadastro de serviços de proteção ao crédito;

E –não está incluído em relação de comitentes inadimplentes de entidade administradora de mercado organizado; e

F –não tem contra si títulos levados a protesto.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Original assinado se encontra na sede da CRD Capital à disposição

Vitor Martins Peralva